



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MOSSORO/RN

Processo: 08037626920208205106

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **HARLEI DA SILVA PINHEIRO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Inicialmente, cumpre ressaltar que o Laudo Pericial de fls. é categórico nos quesitos ao informar a **AUSÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE (TOTAL OU PARCIAL)**, uma vez que o grau residual indicado é por causa da deformidade:

B) ☒ Dano anatómico e/ou funcional definitivo(sequelas);

Em caso de dano anatómico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima,

DEFORMIDADE EM MEMBRA DISTAL (REGIONAL) -

... Para a análise de cada item do Laudo Pericial de fls. deve-se considerar exame complementar?

Verifica-se, que, embora o perito aponte de fato o grau de 10%, não há disfunção, somente o dano estético :

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente comparativas com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

NÃO HÁ DISFUNÇÃO/SEQUELAS. NÃO DEFORMIDADE RESIDUA EM

MEMBRA DISTAL

Logo, resta claro que não há incapacidade permanente, sendo certo que o seguro DPVAT não se presta a indenizar danos meramente estéticos.

Isto posto, fica demonstrado que o pleito da parte autora encontra-se descabido, já que a mesma pleiteia indenização por invalidez permanente, sem ter restado inválida, conforme ficou comprovado através da prova pericial.

Pelo exposto, requer que seja acolhida a conclusão pericial e, em consequência, sejam julgados improcedentes os pedidos formulados na exordial.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

MOSSORO, 10 de agosto de 2022.

LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA
11929 - OAB/RN